



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ANEXO II A DO CONTRATO

MINUTA TERMO DE GARANTIA TÉCNICA

1. DO OBJETO

- 1.1. Garantir à Polícia Rodoviária Federal, a prestação dos serviços de assistência técnica, substituição de componentes ou partes, bem como mão-de-obra necessária para reparos de eventuais defeitos.
- 1.2. A garantia técnica refere-se ao objeto da Licitação nº/2026.
- 1.3. Os serviços serão prestados sem ônus para a Polícia Rodoviária Federal.

2. DO LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 2.1. A constatação dos defeitos e os reparos necessários serão promovidos pelo próprio fornecedor ou pela Rede de Serviços Autorizada, constante na Relação em anexo. (o anexo deverá ser preenchido pelo fornecedor.), se for o caso

3. DO PRAZO DE VALIDADE DA GARANTIA

- 3.1. Durante a vigência deste Termo, o período de prestação da garantia e assistência técnica para o produto do item 1 é de no mínimo 12 (doze) meses, após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, devendo a Contratada emitir certificado de garantia, fazendo referência à quantidade de produtos e serviços correspondentes.

4. DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- 4.1. O equipamento do item 1 deve possuir garantia padrão por um período mínimo de 12 (doze) meses para reposição de peças danificadas, vícios ocultos, mão-de-obra de assistência técnica e suporte, com serviço de suporte no local, em até 5 (cinco) dias úteis, após notificação formal;
- 4.2. O prazo máximo para atendimento e reparo/solução do problema que ocasionou o chamado, contado a partir da abertura do mesmo, é de até cinco dias úteis, inclusive quando o mesmo implicar em troca de peças (lona, vinil, placas) ou do próprio equipamento (tatame completo);
- 4.3. A CONTRATADA deverá informar os canais de comunicação para abertura de chamados de garantia;
- 4.4. Durante o prazo de garantia será substituída sem ônus para o CONTRATANTE, a parte ou peça defeituosa, após a conclusão do respectivo analista de atendimento de que há a necessidade de substituir uma peça, salvo se quando o defeito for provocado por uso inadequado dos equipamentos.
- 4.5. Todas as peças e componentes mecânicos ou eletrônicos substituídos deverão apresentar padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos utilizados na fabricação do equipamento, sempre "novos e de primeiro uso", não podendo ser reconicionados.
- 4.6. Após a prestação de assistência técnica, a Contratada deverá atestar que o equipamento encontra-se em perfeito estado para uso.
- 4.7. **DAS PENALIDADES PELO DESCUMPRIMENTO DA GARANTIA TÉCNICA**
- a) não-substituição do equipamento com defeito, após sua aceitação, no prazo máximo de cinco dias úteis : 0,5% (cinco décimos por cento) do valor unitário do ITEM, por dia de atraso;
- b) pelo atraso no início do atendimento para reparação dos defeitos: 0,1 % (um décimos

por cento) do valor unitário correspondente ao ITEM, por dia de atraso, observando os prazos estabelecidos;

c) não-cumprimento de quaisquer condições de garantia do serviço, estabelecido no Contrato: 0,1 % (um décimo por cento) do valor do CONTRATO por dia corrido após a notificação da contratante.

5. DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1. A garantia é nula e sem efeito se o equipamento sofrer qualquer dano provocado por acidentes, agentes da natureza (que de raios, inundações, maresia, umidade excessiva, etc.), uso em desacordo com o Manual de Instruções, ou, ainda, por haver sinais de violação do equipamento, de haver sido ajustado ou reparado por pessoa ou serviço técnicos não autorizados ou, se este Termo apresentar rasuras ou modificações no seu texto original.

..... de de 20.....

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

ENDEREÇO:

CEP:

TELEFONE/FAX:

E-MAIL:

REPRESENTANTE:

CARTEIRA DE IDENTIDADE:

CPF:

ENDEREÇO:

TELEFONE/FAX:

E-MAIL:

PRF

Documento assinado eletronicamente por **JOAO HENRIQUE VALOIS BOTELHO, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 27/04/2026, às 16:03, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.prf.gov.br/verificar>, informando o código verificador **72994235** e o código CRC **F2E0D1FB**.



Referência: Processo nº 08650.009580/2026-03



SEI nº 72994235